

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: Uma primeira infância possível?

Angélica Baumgarten Gebert¹

¹ Possui experiência na Educação Infantil, com Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2019), pós-graduada em Contação de História e Literatura Infantil pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras – Facel (2013) e graduada em Pedagogia pela Universidade Leonardo da Vinci (2012).

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

RESUMO

Analisar uma categoria de referência mundial como a infância, com tamanha importância social, é desafiador. Um percurso que todo ser humano perpassa, cada um com suas especificidades, condições e cultura. O entendimento em amplitude social sobre a infância é importante, e no âmbito da educação é imprescindível, pois as crianças atualmente passam maior parte do tempo com os educadores e, assim, precisam ser compreendidas na sua magnitude, amplitude e ao mesmo tempo nas suas singularidades. A história social e da educação discutem o percurso da infância e das crianças, sendo que no Brasil escreveu-se uma história com traços particulares. Assim sendo, discute-se um conceito de infância construído pela sociedade e que inspirou historicamente as infâncias brasileiras. Além do mais, atualmente debruça-se em um novo campo, a sociologia da infância, revendo a concepção sobre a criança e sua infância. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, conclui-se que os educadores estão diante de um desafio: compreender o passado da infância e a atual criança, para então mudar o meio social.

Palavras-chave

História; Primeira infância; Sociologia da infância.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

ABSTRACT

Analyze a world reference category such as childhood, with such social importance as childhood, is challenging. A journey that every human goes through, each one with its skills, conditions and culture. Understanding of social breadth over childhood is important, and in the field of education it is indispensable, since children nowadays spend most of their time with teachers, and thus need to be understood in their magnitude, breadth and at the same time in their singularities. Social history and education discuss the course of childhood and children, and in Brazil a history has been written with its particular traits. Thus, we discuss a concept of childhood built by society and that has historically inspired the Brazilian childhood, and, moreover, is currently inspired in a new area, sociology of childhood, reviewing the conception of each child's childhood.

Keywords

History; Early childhood; Sociology of childhood.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

1 INTRODUÇÃO

Todo ser humano perpassa pela infância, e durante muitos anos percorreu caminhos conflituosos. Para entender como se chegou à concepção de infância atual é necessário retomar uma trajetória histórica, construída socialmente, através de um breve relato sobre a temática na Idade Moderna e Contemporânea, analisando-se ainda as especificidades do contexto brasileiro, para então, na atualidade, abranger um campo novo de estudos, a sociologia da infância. Ela redefine o olhar para com a criança e sua infância, de maneira abrangente e singular ao mesmo tempo, acreditando na capacidade e potencialidade de cada criança.

A infância foi construída socialmente, entendendo a criança como adulto em miniatura, depois foi entendida como um ser que possui direito, e atualmente como ator social. A partir de uma pesquisa bibliográfica, os teóricos que ajudam a fundamentar as análises deste artigo são: Ariès (1981), Gélis (1997), Kramer (2000), Kuhlmann (2015), Oliveira (2008), Marcílio (1997), Freitas (1997), Plaisance (2004), Sarmiento (2005; 2013), entre outros que contribuíram na discussão. Nesse sentido, serão trazidos autores que tratam da origem do conceito de infância e das formas de tratamento dada a essa fase da vida humana. O objetivo é compreender como surgiu a consciência de infância e precisar suas características em alguns períodos históricos. A infância das crianças perpassou diversas negociações nas relações sociais, em meio a uma conjuntura econômica, social, cultural e política que ajustou a realidade pensando nos adultos trabalhadores, deixando de pensar ativamente nos desejos das crianças e suas potencialidades.

2 CONCEPÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Ao falar de infância é primordial entender sua concepção na construção histórica que permeou a sociedade. Esta percorreu caminhos conflituosos através de séculos. Sendo assim, nem sempre houve na história da humanidade um sentimento de infância como se conhece hoje, isto é, caracterizando a criança em suas particularidades e respeitando-a em suas singularidades. O historiador medievalis-

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

ta francês Philippe Ariès (1981), estudioso da família e da infância, ao analisar o período medieval por meio de diversas fontes, incluindo iconografias, argumenta que, neste, a infância era vista como algo desconhecido, além de se considerar a criança um adulto em miniatura.

[...] o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÈS, 1981, p.156).

Adulto em miniatura, uma expressão usada para conceituar essas crianças que, além de serem vestidas como os adultos após os sete anos de idade, também recebiam afazeres e tarefas dos pais, por meio da educação modular. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p.14). Os trajes usados nas crianças eram mudados aos sete anos, como coloca em síntese Kuhlmann (2005):

Aos sete anos marcava-se uma transformação na vida das crianças. Mudavam-se os trajes, diferenciavam-se os gêneros, atribuíam-se responsabilidades. Ampliavam-se as relações sociais, seja pela entrada no mundo do trabalho ou do estudo, muitas vezes com a saída de casa, seja pelo maior convívio com os grupos de pares, que irão rivalizar com a família nas influências sobre a socialização das crianças (KUHLMANN, 2005, s/p).

Percebe-se que a infância existia, pois havia crianças presentes naquele momento da história. No entanto, faltava por parte dos adultos a compreensão sobre as especificidades da criança nessa faixa etária. Esta exige atenção, consciência e cautela, além de cuidados exclusivos, relacionados com as particularidades dessa idade, cuja compreensão é fundamental.

Percebe-se que o sentimento de infância foi sendo construído aos poucos, consolidando-se na era moderna. As famílias aperfeiçoaram o olhar, quando iniciaram uma preocupação com o futuro dos filhos, assim como os artistas passaram a retratar por meio de pinturas a graciosidade, ternura e inocência das crianças, representadas por meio de anjos. Desta forma, a igreja exerceu seu

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

poder de opinião na sociedade.

O estudo sobre a infância da criança revela que esta teve vários níveis de representações e de práticas, porém o sentido da evolução é determinante nessa trajetória: cada vez mais se concedeu à criança o lugar que ela ocupa hoje no âmbito da família, com alguns questionamentos que nunca cessam: quem é essa criança? Quem é sua família? Isto posto, um contraponto com Ariès (1981) é feito por Gélis (1997, p. 326-327), que destaca que “é difícil acreditar que a um período de indiferença com relação à criança teria sucedido outro durante o qual, com a ajuda do ‘progresso’ da ‘civilização’, teria prevalecido o interesse [...]”. Gélis continua:

O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente características desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula; e no século XVI, como vimos, os pais se preocupam com a saúde e a cura de seu filho (GÉLIS, 1997, p. 328, grifo da pesquisadora).

Neste desenrolar dos fios na Idade Moderna, com o Renascimento, iniciou-se a escolarização, oferecendo-se a oportunidade de um espaço diferenciado de educação, e a criança deixou de ser vista como adulto em miniatura, fato que se efetivou na modernidade. Diante do exposto, afirma-se a construção histórica e social da infância, sendo constatado em obras atuais, como a de Sarmento (2005, p. 365):

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente atualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos.

Para o autor (2005, p. 367), a construção moderna de infância teve origem quando separaram o mundo da criança do mundo adulto e teve início sua institucionalização em creches e escolas públicas, ato que se expande até hoje.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

A Idade Contemporânea, caracterizada pelo começo do Iluminismo e da razão, marcou a trajetória de afirmação das especificidades da infância, pois o avanço da revolução industrial e a entrada da mulher no mercado de trabalho contribuíram para mudar o cenário infantil, e iniciaram-se discussões sobre os direitos voltados para a infância. Após tantos séculos, muito conhecimento teórico foi produzido, com algumas intervenções sociais positivas, mas ainda não encontramos o caminho correto. Como salienta Kramer (2000, p. 2), “hoje, vivemos o paradoxo de ter um conhecimento teórico avançado sobre a infância, enquanto assistimos com horror à incapacidade da nossa geração de lidar com as populações infantis e juvenis”. E em períodos contemporâneos a infância continua sendo construída historicamente e socialmente, conforme a sociedade vai se reorganizando.

Kramer (2000, p. 3) cita Pinto e Sarmento¹ (1997), que abordam um importante ponto: as crianças foram conquistando seus espaços conforme sua população foi diminuindo, ou seja, quanto menos crianças em uma comunidade ou país, mais atenção e direitos elas conquistam na sociedade atual. Esses autores ressaltam que em países europeus, onde a taxa de natalidade é menor, os direitos a saúde, educação e família são discutidos e procuram ser atendidos, com grande preocupação até mesmo por parte do governo. Isso significa que a taxa de natalidade influencia na conquista dos seus direitos.

Diante do exposto, questiona-se: qual é a compreensão sobre o conceito de infância? Etimologicamente a palavra vem do latim *infantia* – *infantiaee*, segundo Kuhlmann (2015, p. 16),

refere-se a limites mais estreitos: [...], significa a **incapacidade de falar**. Essa incapacidade, atribuída em geral ao período que se chama de primeira infância, às vezes era vista como se estendendo até os sete anos, que representariam a passagem para a idade da razão.

Para o mesmo autor, de acordo com os dicionários de língua portuguesa, “infância é considerada como o período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento à puberdade”.

¹ PINTO, M.J. S. As crianças: contextos e identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997 *apud* KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. Revista *Teias*, v.1 n. 2. Texto apresentado no “Seminário Internacional OMEP. Infância – Educação Infantil: reflexões para o início do século”. Brasil, jul. 2000.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

Por outro lado, Kuhlmann (2015, p.16) traz também o conceito de infância que se encontra no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069, de 13/07/90), no qual “a criança é a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos”.

A partir de Corsini², Kuhlmann analisa que:

[...] a idade cronológica, como fato biológico, permite inúmeras delimitações para os períodos da vida, sem ser elemento determinante suficiente para a sua definição. Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e cada uma delas é associada a um sistema de status e de papel (KUHLMANN, 2015, p. 16).

Criança e infância não devem ser vistos como sinônimos. Estudar a infância é estudar a criança, entendê-la como sujeito histórico e social que se transformou a partir das realidades sociais em que esteve imersa. Suas funções no âmbito familiar mudaram e continuam em mudança, conforme a sociedade vai se organizando e se reformulando. Cada criança vive a sua própria infância. Tudo depende da realidade social e cultural em que se encontra. Assim, toda criança tem uma infância.

Na esperança de uma infância humanizada, Kramer (2000) afirma que se deve educar contra a barbárie, para isso, colocar o presente numa situação crítica e compreender que o passado não precisaria ter sido o que foi, o presente pode ser diferente e o futuro pode mudar de direção. Pensando nessas mudanças, entra em jogo na contemporaneidade o que Plaisance (2004) defende como sociologia da pequena infância, esta definida como uma sociologia da socialização da criança, que começa com a ação dos adultos mais próximos, por meio de normas estabelecidas nas famílias. Depois acontece a socialização interativa social, nas relações mais amplas que se estabelece com a criança. Nessa socialização é fundamental compreender as crianças como atores sociais, atores que

² CORSINI, C. A. Infanzia i famiglianel XIX secolo. In: BECCHI, E.; JULIA, D. *Storia del'infanzia*. v. II. Dal Settecento a oggi. Roma: Laterza, 1996. p. 250-281, *apud* KUHLMANN, M. Jr. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

produzem cultura em meio à globalização. Conforme Sarmiento (2013):

Mas a complexidade da análise dos afeitos da globalização hegemônica não pode ser reduzida ao pensamento redutor e simplista da plasticização das crianças como meras consumidoras compulsivas e reprodutoras da cultura industrializada de massa. A ‘criança global’ da normatividade universalizante e da indústria cultural é, na realidade, mais densa e diversa do que possa parecer [...] (SARMENTO, 2013, p.40).

A globalização presente neste processo da contemporaneidade contribui para construir uma cultura universal nas crianças. Os meios de comunicação como principal instrumento para divulgação no mundo atual estimulam uma cultura de consumo. A cada momento surgem novos heróis, heroínas ou temas infantis para aumentar nas crianças o desejo de comprar. Em intervalos de desenhos infantis, as propagandas introduzem novos brinquedos e personagens da “moda”, com frases instigadoras e um discurso mágico. Uma resignificação dessa cultura de consumo acontece na realidade em que vive cada criança.

Em meio a tudo isso, observa-se um discurso de valorização de crianças e adolescentes, que passaram de objetos a sujeitos de direito, com o direito de terem preservadas as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais, um atendimento integral e integrado, com absoluta prioridade, visto que se encontram em fase de desenvolvimento biopsicossocial (SCHULTZ; BARROS, 2011).

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. Suas experiências vividas em diferentes lugares na sociedade representam mais do que uma imagem constituída pelos adultos. Deve-se considerar a criança concreta nas relações sociais que produzem sua história. Toda criança viveu uma infância, independentemente da sua estrutura econômica, social e familiar. Falar que uma criança não teve infância, geralmente, é associado a uma criança pobre que não teve seus direitos preservados. Porém, mesmo com uma vida mais sofrida, é a essa vida que ela pertence durante sua infância. Sua história é produzida sobre e com ela. Pela interação com seu meio a criança se desenvolve, participando de todos os processos culturais, sociais, históricos e psicológicos. Ela se

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

aproprias das coisas no tempo e no lugar em que vive e suas relações sociais são importantes para o seu desenvolvimento (KUHLMANN, 2015).

3 A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA BRASILEIRA

Um evento significativo para a compreensão da história da infância no mundo ocidental e também no Brasil foi a Roda dos Expostos. O primeiro atendimento para as crianças no país, para Marcílio (1997, p. 54), “as rodas de expostos tiveram origem na Idade Média e na Itália. Elas surgiram particularmente com a aparição das confrarias de caridade, no século XII, [...]”. Um exemplo das confrarias é a do Santo Espírito, que surgiu na França, fundada pelo frei Guy, para atender pobres, doentes e os expostos, que eram crianças abandonadas pelos pais. O Papa Inocêncio III, comovido com tantas crianças vistas mortas no rio Tibre, criou o primeiro Hospital em Roma, com o intuito de proteger e assistir as crianças, nomeando o frei Guy como líder da ordem. Esse hospital, que atendia os doentes, pobres e leprosos, também recebia os expostos deixados na roda em um pequeno colchão, costume que vedava a busca de informações do expositor.

No Brasil, a roda dos expostos, conforme Marcílio (1997, p. 51), foi criada em 1726, no período colonial. Ampliou-se seu uso no período imperial e continuou na República, sendo extinta somente em 1950, o que colocou o Brasil como o último país a extinguir esse triste sistema. Este sistema foi concebido na Europa medieval em Lisboa, inspirado nos modelos da Itália, introduzindo-o inicialmente na própria corte, antes de introduzi-lo nas colônias portuguesas, como forma de proteção para as crianças abandonadas em qualquer lugar, como bosques, caminhos, lixo ou igrejas. A instituição, no período colonial, segundo Andrade (2010):

[...] destinada ao abrigo e acolhimento das crianças desamparadas. Constata-se que as primeiras iniciativas foram resultantes de ações higienistas centradas no combate à mortalidade infantil, cujas causas eram atribuídas aos nascimentos ilegítimos (consequentes da união entre escravos ou destes com seus senhores) e também à falta de conhecimentos intelectuais das famílias para o cuidado com as crianças (ANDRADE, 2010, p. 132).

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

No século XVIII três rodas foram implantadas no Brasil. A primeira em Salvador (1726), depois no Rio de Janeiro (1738) e, por último, no Recife (1789). Elas cumpriram um importante papel, sendo por um século e meio a única opção de assistência às crianças abandonadas, e também implantadas conforme os moldes de Lisboa. Notável como o papel de dar assistência para as crianças abandonadas se arrasta por séculos, e a benevolência despertou-se com maior ênfase em pessoas evangelizadoras. Estas então fizeram uso da roda dos expostos como assistência caritativa e missionária, como afirma Marcílio (1997). O Brasil teve treze rodas de expostos entre 1726 e 1833.

Percebe-se que esse fato histórico possuiu um fator determinante, ou seja, a intervenção de pessoas ligadas a alguma ordem religiosa. Historicamente a educação e os cuidados com as crianças provêm dessas organizações, que salvaram muitas crianças do abandono. Por mais cruel que tenha sido o fato, teve sua importância para a sobrevivência. Porém, espanta o fato de mesmo com a existência da roda dos expostos algumas famílias continuarem a abandonar seus filhos em portas de casas particulares.

Andrade (2010) aponta que em alguns lugares do Brasil as primeiras creches vieram substituir a Casa dos Expostos, para minimizar os problemas sociais decorrentes do estado de miséria de mulheres e crianças. E, para Kuhlmann (2015), a creche foi uma alternativa social para que as mães deixassem de abandonar seus filhos:

A creche para as crianças de zero a três anos foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças (KUHLMANN, 2015, p.78).

O acontecimento histórico da roda dos expostos, trazido para o âmbito educacional, remete a pensar nas situações de abandono das crianças e suas consequências, deixadas para atendimento de pessoas com concepções filantrópicas, mas nem sempre com qualificação profissional, e em ambientes inadequados, além de ausência de direitos legais.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

Assim, a partir da segunda metade do século XIX, no contexto da industrialização e urbanização no Brasil, algumas instituições pré-escolares foram criadas como uma das formas de inovar a ideia assistencial, e novas propostas surgiram com o progresso da indústria. Dois fatos marcaram o começo dessa época: em 1899 foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, sendo abertas filiais, posteriormente, pelo território brasileiro; e o segundo marco foi a instalação da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), a primeira creche que passou a atender filhos de operários e que deixou registros documentados (KUHLMANN, 2015). Segundo este mesmo autor:

Pode-se falar de “educação infantil” em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização. A grande expansão das relações internacionais, na segunda metade do século XIX, proporciona a difusão das instituições de educação infantil, que começam a chegar ao Brasil na década de 1870 (KUHLMANN, 2003, p. 469).

As creches representam no Brasil uma história de pouco mais de um século, criadas a partir da necessidade social com a entrada das mães de família no mercado de trabalho. Tem-se aí uma preocupação mais social do que educacional.

Essa experiência de atendimento infantil, caracterizada como uma educação assistencialista, conforme Kuhlmann (2015), foi pensada a partir do interior das instituições, com a preocupação de isolar a criança das possíveis contaminações das ruas e da criminalidade. As crianças eram separadas por sexo, idade e moralidade, o que tornava a guarda um elemento de educação para elas. Intencionalmente se preparava a criança pobre para vir a ser o futuro trabalhador, com mais educação moral do que intelectual. Percebe-se que o trabalho desenvolvido com as crianças nessas instituições tinha

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

como objetivo final sua preparação para o mercado de trabalho, de forma a garantir sua sobrevivência futura.

Conforme o mesmo autor (2003, p. 471), a primeira referência de creche que se tem conhecimento no Brasil ficou conhecida como “asilo para primeira infância”. As mães pobres, que necessitassem trabalhar poderiam superar o obstáculo de não ter a quem confiar seus filhos. As salas de asilo surgiram na França e se chamaram posteriormente de “escolas maternais”; na Inglaterra eram chamadas de *infantschool*; *asiliinfantili*, na Itália; e *kindergarten*, na Alemanha. Em todos os países eram destinadas a crianças a partir de dois ou três anos.

Andrade (2010) destaca a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro, em 1899, com o intuito de acolher os menores de oito anos, criar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos, regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos, atender as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas e criar maternidades, creches e jardins de infância. O instituto foi o precursor da assistência científica no país, que tinha como objetivo aliar a ciência à ideologia capitalista. Kuhlmann (2015) define a assistência científica como um conjunto de ações sugeridas não como direito do trabalhador, e sim como mérito daqueles que se mostrassem mais subservientes, fazendo com que ficassem mais disciplinados.

O século XIX foi marcado em nosso país pelo início do regime republicano, e Freitas (1997) constata as carências da infância naquele século, em todos os aspectos, associadas ao desenvolvimento econômico e industrial. Foi um século de desenvolvimento econômico com políticas preventivas globais para o desamparo das crianças. A infância passou a ser compreendida como uma questão pública, assim como a saúde e a escola, sendo questionada a capacidade dos governos para o gerenciamento do desenvolvimento econômico.

Para Marcílio (1997), o assistencialismo surge para substituir a filantropia, e fundamentou-se na ciência para substituir a caridade. A assistência, assim, se formulou conforme as exigências

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

sociais, políticas, econômicas e morais no começo do século XX no Brasil. Freitas (1977) indica a forma de tratamento das crianças nesta época, as quais eram apresentadas a partir dos discursos de diferentes profissionais:

a criança que se torna sujeito de um processo, qualquer que seja sua natureza jurídica ou objeto em debate, é apresentada com as práticas narrativas e discursivas de psicólogos, do médico, do jurista, do pedagogo, do assistente social, do sociólogo etc. Seu comportamento, ou a expectativa sobre seu futuro tornam-se, em centenas de processos, subordinados às considerações expressas naquelas fontes de estudo. Tais fontes operam com imagens sobre a infância que, se acompanhadas do início ao fim dos processos, revelam em muitos casos uma “fantasmagórica” autonomia em relação ao ser social representado na imagem outorgada pelo argumento científico, solicitado pelo advogado ou pelo promotor (FREITAS, 1997, p. 11).

Sustenta-se aqui a importância dos estudos sobre a infância para a compreensão do discurso que se produz sobre as crianças, que se sustenta nos saberes jurídico, médico, religioso e pedagógico e justifica a elaboração da política assistencial para as crianças, e o surgimento do cuidado com as crianças durante a primeira infância, pois elas deveriam ser preparadas para o futuro da pátria em meio às transformações nacionais do século.

Os saberes médicos cuidavam da saúde e do corpo da criança, como o aleitamento materno, alimentação e higiene. Os saberes religiosos descreviam uma criança inocente, pura e sem pecado. Já os saberes jurídicos se preocupavam com os menores abandonados e deveriam resolver os males da violência e criminalidade infantil. E os saberes pedagógicos, por sua vez, eram inspirados em intelectuais como Rousseau, que se difundiram no Brasil com Pestalozzi, Froebel e Binet. Esses saberes faziam parte das novas instituições, que, segundo Kuhlmann (2015):

[...] não eram apenas um mal necessário, mas representavam a sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso no controle e na elaboração da política assistencial que estava sendo gestada e que tinha na questão infância o seu principal pilar (KUHLMANN, 2015, p. 87).

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

Andrade (2010) caracterizou as décadas de 1930 e 1940 como “fase da assistência social” no atendimento à infância no Brasil, período no qual o Estado interferiu propagando programas que destacassem a alimentação e a higiene das mulheres trabalhadoras e de seus filhos. Esses programas marcaram a participação financeira dos empresários nas iniciativas de atendimento à infância, por objetivarem, sobretudo, a reprodução da classe trabalhadora.

Esta interferência do estado observa a infância como um dos pilares da sociedade, sendo a criança tratada desse modo como questão pública, como fez Getúlio Vargas, que tomou posse em 1930 e anunciou um programa de “reconstrução nacional”. Neste, incluía criar um ministério para tratar de assuntos da Educação e da Saúde Pública, tendo como objetivo o saneamento físico e moral da população e com o intuito de proteger e amparar as crianças, pois já pensava no adulto trabalhador de amanhã, que precisava ter saúde e ser útil para a nação. Naquele período, o movimento da Escola Nova³, com suas ideias liberais, tinha como foco desenvolver as potencialidades de cada criança, esta compreendida como centro do processo educativo. Para isso, as escolas eram vistas como “clínicas”, onde os problemas sociais poderiam ser resolvidos. A criança era submetida a testes de inteligência e adquiria hábitos de higiene, objetivando especialmente alcançar seus sentimentos, a fim de que fosse doutrinada (VECHIA; FERREIRA, 2016). E, assim, surgiu o Departamento Nacional da Criança (DNCR), sob o Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940. Este, em seu primeiro capítulo, sobre a Coordenação das Atividades Nacionais Relativas à Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência, estabelece no primeiro artigo:

Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação

³ Um movimento para renovar o ensino que ganhou força no Brasil na década de 1930, após a divulgação do documento conhecido por Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), no governo de Getúlio Vargas.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida (DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA, 1940, s/p).

Neste período, foi iniciada a formulação de políticas públicas para atendimento às crianças, permanecendo, porém, com o caráter de assistencialismo, tratada naquele contexto como forma de controlar a mortalidade infantil, prevalecendo a higiene, e, como colocam Vechia e Ferreira (2016), tendo como figura essencial o médico para ensinar as mães nos cuidados gerais, higiene e alimentação, o que resultou na criação dos postos de puericultura⁴. Preparar para a vida era preparar para o trabalho, ser saudável para quando adulto servir à nação. Contemplou-se a infância como questão pública, a qual, necessitando de assistência, ficou à mercê das decisões de diversas áreas de conhecimento e foi peça essencial para o momento histórico. Percebe-se um entusiasmo pela infância, que resultou nas diversas assistências, e com saberes diferentes, pois se via as crianças como o futuro do país (ANDRADE, 2010).

A mesma autora (2010) afirma que no ano de 1941 surgiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de coordenar os serviços sociais do governo federal, desenvolvendo e executando a política governamental de assistência destinada à família e ao atendimento da maternidade e da infância. Para Oliveira (2008), a industrialização e a urbanização no país, além da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, resultaram na criação de creches e parques infantis que atendiam crianças em período integral, sendo procurados por operárias, empregadas domésticas, trabalhadoras do comércio e funcionárias públicas.

Na sequência, no começo do governo de João Goulart, nos anos de 1960, foi decretada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024, de 1961, qual ordena, nos artigos 23 e 24, um ensino denominado como pré-primário, que deveria atender menores de sete anos em escolas maternas ou jardins de infância⁵, sendo recomendada a manutenção desse tipo de estabelecimento

⁴ Programa desenvolvido para acompanhar o crescimento e o desenvolvimento da criança, como a vacinação, o aleitamento materno e a alimentação adequada para prevenir doenças.

⁵ Muitos grupos escolares e escolas de ensino primário, desde os anos quarenta tinham também uma ou mais turmas de

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

pelas empresas com mães trabalhadoras. Por falta de fiscalização e conhecimento sobre a lei, esta medida não foi cumprida em muitas empresas. Percebe-se que nesse momento da história as relações de trabalho já interferiam fortemente. Essa interferência já vinha acontecendo no país desde o século anterior, pois, como mencionamos acima, a instalação de instituições de caráter assistencial paralelas ao trabalho teve início em 1899 na fábrica Corcovado, no Rio de Janeiro.

Entretanto, mesmo que os textos oficiais daquele período recomendassem que as creches e jardins de infância tivessem material adequado para as crianças e que fossem contratados psicólogos para trabalhar nos parques infantis com enfoque de higiene mental, continuava a predominar o caráter de assistência higienista e o intuito de combater a mortalidade infantil, sendo que as creches teriam funcionado como laboratórios para médicos, como ressalva Kuhlmann (2015, p. 90):

Na educação, essa influência foi fundamental, presente em inúmeros aspectos. São vários os médicos que de algum modo redirecionaram suas atividades profissionais ou políticas à educação, como donos de escolas, membros de órgãos governamentais, pesquisadores, membros de associações dedicadas à educação popular, etc. Os higienistas discutiam os projetos para construção de escolas, a implantação dos serviços de inspeção médico-escolar e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil.

A legislação, reformulada depois de dez anos, por meio da Lei nº 5.692, de 1971, definiu que as crianças menores de sete anos deveriam receber educação em escolas maternas, jardim de infância ou equivalentes. Dessa forma, tentou-se transferir a assistência das fábricas para um ambiente mais adequado e propício para os filhos dos trabalhadores, solução que foi também fruto do espaço urbano reduzido para brincadeiras ao ar livre. A entrada mais frequente da mulher no mercado de trabalho fez expandir essas instituições, mas em geral eram mantidas pela iniciativa privada. Essas escolas, preocupadas em aperfeiçoar o intelecto dos filhos dessa camada social, buscaram novos valores voltados para os cuidados cognitivos, emocionais e sociais das crianças.

pré-primário (para crianças com seis anos) ou mesmo de jardim (com cinco anos).

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

Nas instituições públicas que foram sendo criadas aos poucos, ao contrário, desenvolveu-se em geral uma política compensatória, com o intuito de superar a condição social e a carência de estímulos, com foco na alfabetização, mas ainda em uma visão assistencialista de ensino. Não se tinha estudos críticos aprofundados dos problemas sociais, mas a educação compensatória buscou amenizar a carência e a marginalização, influenciando as políticas pensadas para a educação infantil. Com a mulher cada vez mais participante do mercado de trabalho, novas modificações vão surgindo, como expõe Oliveira (2008, p. 110):

Como consequência, aumentou o número de creches, de classes pré-primárias e de jardins-de-infância no país, além de irem sendo modificadas algumas representações sobre educação infantil, com valorização do atendimento fora da família a crianças de idade cada vez menor.

Nos anos de 1980 e 1990 ampliaram-se as discussões sobre os estímulos cognitivos necessários à criança e sua escolaridade obrigatória. O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado por meio da Lei nº 8069, de 13/07/ 1990, ampliou os direitos para as crianças. Foi reformulada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394, de 1996, estabelecendo a educação infantil como primeira etapa da educação básica, com o intento de acabar com o assistencialismo, e desenvolvendo integralmente a criança de até cinco anos em todas as suas dimensões: física, psicológica, intelectual e social.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, s/p).

As experiências de educação infantil, realizadas principalmente nas esferas públicas, de cunho assistencialista, procuravam atender às necessidades imediatas da criança, deixando por vezes de considerar seu desenvolvimento cognitivo, importante para ampliar as sinapses cerebrais, que ajudam na resolução de problemas e a criar confiança na criança. Os efeitos da qualidade na educação da primeira infância refletem-se nas relações futuras, nas aprendizagens e estudos posteriores.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

3.1 O desafio da primeira infância brasileira na atualidade

É importante retratar e situar o leitor neste contexto da história apresentado, pois para falar da nova concepção sobre a primeira infância e seu desafio de incorporação no meio educacional, é importante compreender que a trajetória foi conflituosa. Nos dias atuais, no Brasil, visualizar a infância no novo campo de estudos, a sociologia da infância, é instigante e animador, pois transforma e permite construir uma nova visão das nossas infâncias. Portanto,

a sociologia da infância propõe-se a constituir a infância como objeto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles (SARMENTO, 2005, p. 363).

Reforça-se que a infância é historicamente construída, por um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Transformações tensas e internamente contraditórias, porém, não se esgotaram, como sempre atualizadas na prática social, nas interações entre crianças e crianças e entre crianças e adultos. E como a história acima retratou, as mudanças ocorreram com as variações demográficas, as relações econômicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e de adultos (SARMENTO, 2005).

Neste longo processo, a globalização e seu consumo intenso geraram, de acordo com Sarmiento (2005, p. 366), “impactos na composição de uma ‘infância global’, consumidora dos mesmos produtos, sobretudo os emanados da indústria cultural para a infância, mas com profunda heterogeneidade interna”. Isso faz refletir sobre a cultura de consumo no mundo infantil, pois ano após ano os aniversários infantis são repletos de personagens novos, assim como os brinquedos são trocados de tempos em tempos para que o filho esteja consumindo o mesmo produto do amigo.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

E como fica a situação das famílias que não possuem esse poder aquisitivo? Percebe-se em meio a esta infância global a criança como uma consumidora social, que auxilia diariamente nas relações sociais como protagonista, mesmo que ainda seja considerada um ser não falante.

A criança como uma categoria a ser considerada na sociedade precisa, de maneira totalizante, negar as situações fragmentadas e recusar ser vista como um ser em devir, pois qualquer ser humano está em devir, independente da sua idade (SARMENTO, 2013). Propõe-se desta forma considerar a criança como um ser que já é um ser ativo social, não necessitando crescer para que isto aconteça, olhando para aquilo que ela é no seu presente, pois, até mesmo os adultos, na sua ininterrupta procura por respostas, também são constantemente seres em devir. Como reforça Sirota (2001, p. 19):

As crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir. As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais. Trata-se de inverter a proposição clássica, não de discutir sobre o que produzem a escola, a família ou o Estado, mas de indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização.

O desafio no âmbito escolar é compreender a criança como ator social que experimenta o mundo a sua volta e, por isso,

ressaltamos também que as orientações contemporâneas da sociologia da infância, em sua acepção mais ampla que a de “pequena infância”, incitam a pesquisas que buscam apreender o grupo das crianças como tais, como atores sociais, por intermédio de suas práticas efetivas, de suas experiências e de suas representações (PLAISANCE, 2004 p. 238).

Assim, se inicia um trabalho de superação de um modelo vertical para um interativo. Conforme Plaisance (2004), os educadores precisam superar o modelo de socialização segundo Durkheim, que acontece de forma vertical pelas imposições dos adultos sobre os mais jovens, ou seja, a ação de uma geração sobre a outra. Por meio da socialização, a criança realiza sua inclusão na sociedade, primeiramente no ambiente familiar, e depois nas relações escolares, um processo que abrange toda a vida. A socialização segundo o modelo interativo insiste na construção do ser social por meio de múltiplas negociações com seus próximos e, ao mesmo tempo, na construção da identidade do

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

sujeito. É importante destacar que, conforme o mesmo autor (2004, p.226), “no centro dessa análise está o conceito de experiência, concebida como a vertente subjetiva do sistema escolar”, na busca constante da socialização das crianças e não da escolarização, como consta nos registros históricos.

Na sua efetivação a criança poderá assumir um novo lugar na sociedade. Como protagonista das suas relações, ela faria mudar toda a estrutura social e política, fazendo com que se pensasse sempre nas infâncias antes de se decidir ações sociais, e passando a se repensar até mesmo os espaços públicos destinados aos pequenos. Assim, em prol disso, a criança se tornará o centro do sistema educativo. E, segundo Sirota (2001, p. 21):

a causa das crianças se torna pois uma grande bandeira, contribuindo sim para a tessitura do elo social, mas com maior frequência para o seu remendo, de modo a dissimular muitas ambiguidades atrás de um consenso aparente que convém explorar de maneira sistemática, seja ele no nível do imaginário ou das práticas sociais.

Defronte desta questão a infância é vista como categoria social do tipo geracional e a criança como sujeito concreto que integra essa categoria. Assim, sua existência está para além de pertencer a um grupo etário próprio, ou seja, um ator social que pertence a uma classe social, a um gênero, etc., como argumenta, Sarmiento (2005). Ao considerar as crianças estamos falando da sociedade em uma forma ampla, e tudo o que foi aqui tratado deve ser compreendido no processo educativo na educação infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontra-se diante de imenso desafio repensar as infâncias após uma longa trajetória social de exclusão. A história é clara em destacar que, quando se pensou em atitudes pelas infâncias, estas eram pensadas para atender os adultos, que ficavam parte do dia distantes das crianças, procurando lugares de depósito para suprir as necessidades básicas de sobrevivência. Diante dos fatos apresentados, os educadores devem se instigar em repensar seu olhar para as crianças que educam diariamente, levando estas questões atuais para políticos no poder e assim, com aprofundamento dos estudos,

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

propor um mundo com ambientes favoráveis para todas as infâncias brasileiras. Nossas crianças nunca tiveram na sua história o privilégio de tamanha inclusão social como está se propondo com o campo da sociologia da infância. Esta necessita de maior visibilidade no âmbito educacional, para iniciar uma história renovada das nossas crianças. A procura por uma escolarização das crianças e não por sua socialização enalteceu por muito tempo os espaços infantis como um depósito, fato que era visto como normal na cultura social. Está na hora de reverter essa ideia com a sociologia da infância, tornando possível a socialização dos nossos pequenos protagonistas.

É primordial compreender o passado da infância e a atual criança para então mudar o meio social. Na procura desta mudança, sobre nossas infâncias, passando a ver as crianças como protagonistas em nossa sociedade, conclui-se com proposições instigantes de Ruy Belo no seu poema intitulado “Algumas Proposições com Crianças”:

A criança está completamente imersa na infância
a criança não sabe que há-de fazer da infância
a criança coincide com a infância
a criança deixa-se invadir pela infância como pelo sono
deixa cair a cabeça e voga na infância
a criança mergulha na infância como no mar
a infância é o elemento da criança como a água
é o elemento próprio do peixe
a criança não sabe que pertence à terra
a sabedoria da criança é não saber que morre
a criança morre na adolescência
Se foste criança diz-me a cor do teu país
Eu te digo que o meu era da cor do bibe
e tinha o tamanho de um pau de giz
Naquele tempo tudo acontecia pela primeira vez
Ainda hoje trago os cheiros no nariz
Senhor que a minha vida seja permitir a infância
embora nunca mais eu saiba como ela se diz.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Educação infantil: na trilha do direito*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 193 p. Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-08.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BELO, Ruy. *Algumas proposições com crianças*. Disponível em:<<http://www.citador.pt/poemas/algumas-proposicoes-com-criancas-ruy-belo>>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BRASIL, Departamento Nacional da Criança. *Decreto-Lei Nº 2.024, de 17 de Fevereiro de 1940*. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- _____. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, 1990.
- _____. *Lei e diretrizes e bases 4.024/61*. Brasília, 1961.
- _____. *Lei e diretrizes e bases 5.692*. Brasília, 1971.
- _____. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional 9394/96*. Brasília, 1996.
- FREITAS, Marcos Cezar (Org.) et al. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p. 311-329.
- KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. *Revista Teias*, v.1, n. 2. Texto apresentado no “Seminário Internacional OMEP. Infância – Educação Infantil: reflexões para o início do século”. Brasil, jul. 2000.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

KUHLMANN, Moysés Jr. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 7ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

_____. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p. 469-496.

_____. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 125, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000200014>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) *et al. História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.p. 51-76.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. 4ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. *Educação e Sociedade*, Campinas: Cortez/Cedes, v. 25, n.86, p.221-241, abr. 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e aliteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

_____. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. In: ENS, Romilda Teodora; GARANHANI, Marynelma Camargo (Org.). *Sociologia da infância e a formação de professores*. Campinas: Champagnat, 2013.

SCHULTZ, Elisa Stroberg; BARROS, Solange de Moraes. A concepção de infância ao longo da história no Brasil contemporâneo. *Revista de Ciências Jurídicas*, Ponta Grossa, v.3, p. 137-147, 2011.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n.112, p. 7-31. Mar. 2001.

VECHIA, Ariclê; FERREIRA, António Gomes. A educação das crianças de ascendência alemã durante o Estado Novo: amainando as desigualdades? In:_____. *A criança e a escolarização: igualdade e desigualdade no espaço latino-americano nos séculos XIX e XX*. Curitiba: UTP, 2016.p. 148-171.

DE ADULTO EM MINIATURA PARA PROTAGONISTA: UMA PRIMEIRA INFÂNCIA POSSÍVEL?

ABSTRACT

Analyze a world reference category such as childhood, with such social importance as childhood, is challenging. A journey that every human goes through, each one with its skills, conditions and culture. Understanding of social breadth over childhood is important, and in the field of education it is indispensable, since children nowadays spend most of their time with teachers, and thus need to be understood in their magnitude, breadth and at the same time in their singularities. Social history and education discuss the course of childhood and children, and in Brazil a history has been written with its particular traits. Thus, we discuss a concept of childhood built by society and that has historically inspired the Brazilian childhood, and, moreover, is currently inspired in a new area, sociology of childhood, reviewing the conception of each child's childhood.

Keywords

History; Early childhood; Sociology of childhood.